

Distritais recorrem ao TRE contra Dantas

A vice-presidente da Câmara Legislativa, Rosemary Miranda (PP), e os deputados distritais Maurílio Silva (PP) e Carlos Alberto Torres (PPS) darão entrada no Tribunal Regional Eleitoral com pedido de direito de resposta às acusações feitas pelo candidato ao Senado pelo PDT, Mauro Dantas. O pedetista se apresentou no horário eleitoral gratuito de domingo acusando estes deputados de estarem descumprindo a legislação eleitoral, utilizando os serviços da gráfica da Câmara para produzir material de propaganda de suas campanhas.

Rosemary, candidata à reeleição, adianta que pedirá o direito de resposta e também poderá processar Mauro Dantas na Justiça comum por calúnia e difamação. "Ele deve ter agido de má-fé ou desconhecimento dos fatos para me acusar daquela forma", reclama a deputada. E acrescenta: "Acho até que ele, como candidato majoritário, deveria usar melhor o tempo para apresentar o seu programa, ao invés de fazer denúncias infundadas".

Mauro Dantas utilizou durante o programa uma cópia da edição do Jornal de Brasília do dia 30 de junho passado, em que uma reportagem mostra o uso irregular da gráfica da Câmara para a confecção de material

de campanha, para criticar os deputados e ameaçar com uma representação contra os parlamentares citados na matéria. O candidato ao Senado não foi localizado e, segundo informações de familiares, ele passou o dia em campanha, em Planaltina.

De acordo com a deputada, desde o dia 1º de julho passado, a gráfica foi paralisada, por força do Ato nº 618/94 da presidência da Casa, após a publicação da decisão do Tribunal Superior Eleitoral em que foi proibido o uso de qualquer serviço público em benefício de campanhas eleitorais de parlamentares. "Neste ano eu não utilizei os serviços da gráfica para nada e inclusive sou autora de um projeto que suspende esse benefício", resalta Rose.

Carlos Alberto, concorrente direto de Mauro Dantas na luta por uma das duas vagas no Senado, desmente as acusações do concorrente e diz que foi vítima de uma "articulação" para prejudicar a sua campanha. "O meu jornal havia sido impresso antes da decisão do TSE, quando não havia regulamentação sobre o assunto", justificou o deputado, que ontem mesmo pediu ao TRE cópia da fita do programa do PDT para preparar a sua apelação.